



## **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL DE GÊNERO DE MULHERES-PROFESSORAS DE ASSENTAMENTOS**

Elisângela Santos de Amorim<sup>1</sup>  
José Fernando Manzke<sup>2</sup>

As questões referentes à construção da identidade social de gênero de mulheres-professoras e camponesas, o modo como se comportam, como usam seus discursos, nos momentos mais diversos, sejam eles informais, em casa, na roda com amigos ou formais, como em sala de aula, estiveram presentes na nossa linha de investigação desde os primeiros trabalhos desenvolvidos nas áreas de assentamentos no Estado do Maranhão, mas especificamente na região Tocantina. Por ser o espaço rural lugar também de reflexão pela academia, decidimos por investigar como se constroem as identidades sociais de gênero das mulheres professoras e camponesas tendo em vista a atuação dos sindicatos e dos movimentos sociais, bem como a influência do movimento das mulheres camponesas de outros países da América Latina.

As aproximações que intentamos realizar e sistematizar neste artigo são relativamente provisórias, uma vez que a pesquisa encontra-se em andamento. Neste trabalho adotamos uma visão do discurso como uma forma de ação no mundo e um meio pelo qual nossa cultura e nossas identidades são constituídas e definidas. Portanto, nos apoiamos no que diz Moita Lopes (2002 p.8) “as identidades não estão nos indivíduos, mas emergem na interação entre os indivíduos agindo em práticas discursivas particulares nas quais estão posicionados”. À luz desta citação, entendemos as identidades sociais como construções sociais e, portanto, discursivas, visto que aprendemos a ser quem somos nos encontros interacionais de todo dia.

Para conduzir este estudo optamos pelo enfoque metodológico da história oral, que conta com métodos e técnicas em que a constituição de fontes orais desempenha um papel importante e por meio do qual o sujeito de pesquisa recupera histórias sobre sua vida passada e as conta à pesquisadora. Serão utilizadas entrevistas semi-estruturadas, e as questões desencadeadoras das entrevistas estarão pautadas em dois eixos: trajetória de vida e percurso de formação profissional. Serão essas narrativas, contadas pelos sujeitos desta pesquisa – professoras de assentamentos de Reforma Agrária, o principal objeto de estudo para a análise da construção social das identidades destas mulheres.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação e professora vinculada ao Departamento de Educação – I da UFMA e-mail: lysamorim@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Prof.Dr. José Fernando Manzke pesquisador do CNPQ e coordenador do Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar instituição do/a co-autor/a. E-mail: jfmanzke@yahoo.com.br



Pontuamos que a coleta de dados encontra-se em fase inicial em 5 (cinco) assentamentos da região Tocantina do Estado do Maranhão, com mulheres professoras que moram no próprio assentamento. Para tanto reservamos um momento coletivo com um grupo maior de professoras de um assentamento, localizado no município de São Francisco do Brejão – MA. A escola possui 7 (sete) professores, incluindo a diretora, sendo que deste número 6 (seis) são mulheres e 1 (um) é homem. Nas conversas iniciais, levantamos as informações necessárias sobre nosso foco e percebemos que, dentre elas, 3 (três) atendiam aos requisitos previstos pela pesquisa, dentre eles: morar no assentamento, ser filha de trabalhador ou trabalhadora rural e ser professora.

Inicialmente, este estudo situa a organização das mulheres trabalhadoras rurais no Maranhão, no contexto histórico, em prol de reconhecimento, sindicalização, participação nos espaços de poder e direitos previdenciários, destacando a influência do Movimento das Mulheres Camponesas no contexto da América Latina. No segundo momento, apresentamos duas mulheres sindicalistas assentadas da região Tocantina que ocupam posição de chefia nos sindicatos, buscando nas falas destas mulheres entender a dinâmica da dominação masculina e como as relações de gênero se estabelecem em seu cotidiano para, então, trazermos para o cenário uma discussão teórica sobre identidade social de gênero das mulheres-professoras das áreas rurais.

Esperamos que essa investigação possa contribuir de alguma forma para revelar e repensar os pressupostos culturais de gênero construídos na nossa sociedade e no espaço rural, que são entendidos como senso comum e que são internalizados pelos agentes sociais.

#### *As Trabalhadoras Rurais e o Movimento Sindical no Maranhão*

A organização do movimento sindical rural no Maranhão iniciou na década de 1970 com a criação de vários sindicatos de trabalhadores rurais. A Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Maranhão – FETAEMA, congregando estes Sindicatos foi criada em 1972, momento em que somente os homens tinham o direito de serem sindicalizados e as mulheres apenas como suas dependentes. A influência do movimento feminista no Maranhão, como uma redescoberta do ser mulher, oportunizou a muitas mulheres a ruptura com a submissão histórica e o despertar para suas potencialidades. A troca de experiências entre si, através de reuniões, encontros e discussões permitiu que se identificassem umas com as outras, descobrindo que a opressão as atingia cotidianamente nos espaços públicos e privados. (FERREIRA, 1999).

No Maranhão, a luta das mulheres trabalhadoras rurais teve início na década de 1980; questionavam o porquê de não poderem ser associadas junto aos sindicatos de trabalhadores rurais e



não terem acesso aos benefícios correspondentes. Nesse período, na Capital do Estado, tivemos o primeiro grupo feminista a se organizar no Maranhão, o “Grupo de Mulheres da Ilha”, constituído por professoras universitárias, profissionais liberais, microempresárias, estudantes e simpatizantes. (AMORIM, 2007).

No decorrer da década de 1980 e início da década de 1990, outros grupos foram se articulando no Estado. Neste ínterim, houve grandes mobilizações que culminaram com a conquista do direito das mulheres trabalhadoras rurais de serem associadas e com a extensão dos direitos trabalhistas, a partir da Constituição Federal de 1988: licença-maternidade e aposentadoria, o que possibilitou um fortalecimento das mulheres dentro do movimento sindical. As mulheres trabalhadoras rurais tiveram uma participação importante na luta pela terra e no enfrentamento direto com o latifúndio. (BATISTA *apud* FERREIRA, 2007).

Em nível de Brasil, destacamos o Movimento das Mulheres Camponesas, que em sua trajetória vem reafirmando a luta das mulheres pela igualdade de direitos e pelo fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulher e a classe trabalhadora. O movimento está organizado em dezoito estados brasileiros, resistindo no campo às conseqüências econômicas, políticas, sociais e culturais do projeto capitalista e patriarcal que intensifica a exploração de trabalhadoras e trabalhadores. Este existe há mais de vinte anos, de caráter autônomo, democrático, popular, feminista e de classe, numa perspectiva socialista. Durante este período, o movimento se organizou lutando e conquistando o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, o salário maternidade, a aposentadoria da mulher da roça aos 55 anos, entre outros.

A organização da Marcha das Margaridas é um grande exemplo da mobilização das mulheres dos movimentos sociais e sindical, como ocorre em outros países, como o VI Encontro Internacional da Marcha Mundial para as Mulheres, no período de 2 a 9 de Julho de 2006. Neste, estiveram presentes 31 países dos 67 que possuem coordenação nacional. Ao todo eram cem mulheres, entre delegadas e observadoras. Este evento ocorreu pela primeira vez na América Latina, o que de acordo com Farias (2006) possibilitou uma presença maior de mulheres do continente.

Este encontro ainda, segundo Farias (2006), reafirmou que a Marcha Mundial das Mulheres luta contra a pobreza e a violência contra as mulheres. Tem como objetivo principal organizar um grande movimento de solidariedade entre as mulheres que querem construir um mundo livre de todas as formas de opressão e discriminação, e para tanto critica o atual modelo capitalista, patriarcal, racista e homofóbico. Outros congressos e eventos que ocorrem em nível de América



Latina se posicionam a favor dos direitos humanos das mulheres: sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais, tão bem expresso no *Cumbre de los Pueblos por la Soberanía y la Integración Sudamericana*, Córdoba, 18, 19 y 20 de julio de 2006.

A inclusão das mulheres trabalhadoras rurais no Maranhão iniciou com a realização do I Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais do Maranhão, em 1991, e apesar da configuração de sua diretoria ser composta por homens, houve um grande interesse da mesma na discussão sobre as reuniões que estavam ocorrendo das mulheres trabalhadoras rurais em algumas regiões do Estado, principalmente na região do Médio Mearim, ainda que muito timidamente. (AMORIM, 2007).

Nesta região, destacamos a importância da atuação da trabalhadora rural Constância Clementina de Sousa Barros (1957), uma das primeiras mulheres a se filiar no Sindicato e questionar o porquê das mulheres serem dependentes dos maridos. Foi uma pioneira nos cargos de direção do movimento sindical, assumiu a delegacia sindical formada por uma comissão de três pessoas, em 1983 e foi Secretária-Geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, de Poção de Pedras, em 1991, um dos primeiros sindicatos a criar o departamento de mulheres. Iniciou a articulação em torno do reconhecimento da categoria e da participação política no movimento sindical. As mulheres contaram com o apoio da diretoria da FETAEMA, que organizou o I Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais, em 1992. (AMORIM, 2007).

O debate ampliou as lutas das mulheres dentro e fora do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR, no entanto, ainda havia muito a conquistar, os espaços de decisão estavam ocupados por homens que não entendiam e não aceitavam o porquê das mulheres terem propostas diferenciadas dentro do mesmo movimento sindical. (CONGRESSO ESTADUAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 2004).

As mulheres participaram de forma efetiva do II Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais do Maranhão da FETAEMA, realizado em 1994, que elegeu: Constância Clementina de Sousa Barros para a diretoria de Política Agrária, Agrícola e Meio Ambiente e Maria da Graça Amorim na coordenação de mulheres, ligada à Secretaria de Política e Formação Sindical.

O trabalho destas protagonistas dentro do movimento sindical se voltou para a criação de comissões de mulheres nos municípios, objetivando a sindicalização das mulheres trabalhadoras rurais, que com as leis em vigor, nº 8.212 e 8.213, de 1992, sancionadas pelo presidente Fernando Collor, estendia o direito ao salário mínimo para aposentadoria de homem com 60 anos de idade e de mulheres com 55 anos de idade. (REGO, 2007).



Embora o objetivo fosse inicialmente o de sindicalização, isto serviu apenas para uma mobilização maior das mulheres trabalhadoras rurais se organizarem a fim de requererem maior espaço político e de decisão dentro dos sindicatos.

O primeiro cargo de direção ocupado pelas mulheres nos sindicatos foi o de secretária geral, o que evidencia a divisão e os diferentes papéis exercidos por homens e mulheres e atividades que estão ligadas ao que é masculino ou feminino. A preocupação era com a organização dos escritórios, escrever, fazer correspondências, limitando sua função às questões rotineiras do dia-a-dia. (AMORIM, 2007)

Nas eleições para a Diretoria Executiva da FETAEMA, em 1997, Constância Clementina de Sousa Barros assumiu a Coordenação Estadual de Mulheres. Naquele momento, com status de Secretária, Maria da Graça Amorim conquistou a Secretaria de Política Agrícola e Meio Ambiente.

A conquista de espaço dentro do movimento sindical se deu pela ousadia de algumas mulheres em insistir na participação, mesmo que não fossem remuneradas. Houve debate no Conselho Deliberativo da Federação, que criou a comissão estadual das mulheres, para dar suporte à coordenação estadual das mulheres trabalhadoras rurais na Diretoria Executiva, trabalhando junto com a coordenadora na criação das comissões municipais.

O trabalho das comissões municipais persiste, atualmente, com algumas dificuldades em relação às questões políticas, que perpassam pelo adentramento das mulheres no movimento. Hoje está claro para os dirigentes de sindicatos que as mulheres não desejam apenas os benefícios, pois isso está garantido em lei, inclusive o de adquirir o título de posse da terra. Agora, as mulheres trabalhadoras rurais querem espaço político para disputar as eleições em pé de igualdade com os homens. O Maranhão foi um dos estados que mais avançou no reconhecimento da mulher como trabalhadora rural dentro da região Nordeste (REGO, 2007). As cotas foram garantidas em todos os sindicatos a partir de deliberação da plenária nacional da CONTAG, ficando decidido que seria estatutário e houve a implantação das cotas de 30% de mulheres nos cargos eletivos das federações e dos sindicatos.

A discussão em torno das questões de gênero dentro dos assentamentos da Reforma Agrária anda em passos lentos, as comissões municipais de mulheres não conseguem ampliar o debate e levá-lo as mulheres assentadas. Mesmo quando a presidente do sindicato é mulher, ela não consegue adotar uma política de gênero, um trabalho que está em contínua construção.

*Protagonismo das Mulheres no Movimento Sindical na região Tocantina*



Destacamos, neste processo, a atuação de duas trabalhadoras rurais da região Tocantina: Maria Rodrigues Araújo Mendes, presidente do STTR do município de João Lisboa e Ana Maria de Oliveira Freitas, presidente do STTR do município de Buritirana e coordenadora de mulheres do pólo da região que compreende 22 municípios.

A trajetória e o envolvimento de Maria Rodrigues Araújo Mendes com o movimento sindical se deram em 1983, como delegada sindical, na comunidade Nova Brasília, hoje município de Senador La Rocque. Permaneceu como delegada durante dez anos. Ela também, em 1996, assumiu a diretoria executiva do STTR de João Lisboa, como Secretária de Finanças. As dificuldades apareceram principalmente do relacionamento, com os companheiros homens, que tinham resistências em aceitar suas idéias, por ser mulher e pensar diferente deles. Foi reeleita para a Secretaria de Finanças em 1999 e nas eleições do sindicato de 2003, chegou a Presidência, estando atualmente em seu segundo mandato. Desde que assumiu a presidência do STTR de João Lisboa, incentivou a participação política das mulheres nas eleições para a diretoria executiva, em cumprimento da cota de 30%.

O machismo é muito presente nas famílias assentadas, as mulheres ainda sofrem a dominação do marido que se expressa nas dificuldades em participar das reuniões e encontros nos sindicatos. Para Mendes (Entrevista em 19.06.2007) “quando a mulher toma uma decisão só, sem a deliberação do marido, ele já pensa o contrário, pensa que ela quer se envaidecer e seguir outro rumo, então eu acho que o domínio sobre ela ainda tá muito forte”. No entanto, nem todas as mulheres sofrem com esta submissão, como no seu caso, que desde o início de sua luta no movimento sindical contou com o apoio de seu esposo, quando participava dos encontros municipais, regionais, estaduais e nacionais e suas filhas ficavam sob os cuidados do pai.

O debate sobre a participação das mulheres na vida pública, no sindicato, passa pela compreensão de que a busca por espaços não significa uma superação da mulher em relação a sua condição histórica de dominada pelo homem, mas na ponderação da relação entre homens e mulheres, onde ambos podem conviver harmoniosamente. A mulher acaba sendo a responsável por conseguir tal feito, não sendo, portanto, uma conquista dada com o processo de desnaturalização da condição feminina.

A coordenadora de mulheres do pólo da região Tocantina da FETAEMA, Ana Maria Freitas, tem desenvolvido atividades junto às mulheres trabalhadoras rurais nos assentamentos da região, desenvolvido com os homens e mulheres do campo.



Há a exigência por Lei que cada sindicato tenha uma Secretária de Mulher, no entanto, é comum que a mulher que assume esta secretaria não exerça suas funções, devido às resistências de muitos companheiros e sua pouca experiência, acabam se submetendo as atividades ligadas a limpeza do sindicato e de copa. Outro fator são os problemas enfrentados pelas mulheres diretoras em alguns sindicatos, sofrem muita pressão e acabam renunciando ao cargo.

As trajetórias das mulheres trabalhadoras rurais se diferem em muitos aspectos, como é o caso de Ana Maria Freitas, citada anteriormente, presidente do STTR do município de Buritirana e Coordenadora de Mulheres da região. Esposa de delegado sindical, ainda nos anos de 1980, exercia na prática as atividades do marido, enquanto que nas reuniões e encontros era ele que participava. Somente em 1989, fez sua carteira de sócia do STTR de João Lisboa, como trabalhadora rural. Recebeu muitos incentivos, no início da década de 1990, para a criação do sindicato em Buritirana a partir da emancipação de vários municípios da região Tocantina.

As discussões sobre as relações de gênero dentro dos assentamentos ainda são incipientes e limitadas. O enfoque abordado pela coordenação de mulheres não conseguiu avançar para além das condições básicas, como o processo de sindicalização das mulheres, para garantia de recebimentos de benefícios e acesso a créditos específicos para as mulheres, como o PRONAF Mulheres.

#### *Algumas considerações*

O desafio em trabalhar com a identidade social de gênero das mulheres-professoras se impõe diante de uma categoria pluridisciplinar, objeto de reflexão em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais. Para tanto, a identidade social neste trabalho é tratada como sendo construída à medida que interagimos com o outro (Moita Lopes, 2002), ou seja, construímos o outro enquanto ele nos constrói. Desta forma, o comportamento diferenciado de gênero não existe naturalmente como parte essencial do indivíduo, ele é construído na interação social.

Partilhamos nisto com os autores (Bakhusrt e Sypnowich *apud* Moita Lopes, 2003), com relação às questões de gênero apontam que o social não serve para moldar um ser ou identidade pré-existente, mas para fazer esse ser existir.

De acordo com Nobre; Faria (2003, p.31), “se as identidades e papéis masculinos e femininos não são um fato biológico, vinda da natureza, mas algo construído historicamente”, a educação, neste sentido, tem um papel fundamental na forma como conduz este processo. Há vários aspectos a serem levados em consideração, quando se trata de gênero e educação, o primeiro deles é o papel da educação na socialização dos indivíduos (mulheres e homens), realizada por diversas



instituições como a família, a escola, a igreja e pela mídia. Estas instituições colaboram na construção das identidades feminina e masculina, influenciando nas relações de gênero; e o segundo, é essencial para a formação dos educadores e das educadoras, por exigir que a reflexão sobre as questões de gênero esteja presente nas universidades, onde ainda é pouco discutida, impedindo o questionamento de certos valores e práticas, que acabam por levar a um comportamento discriminatório e reprodutivo das diferenças.

A linguagem, como instrumento de comunicação, constrói culturalmente conceitos que vão determinar comportamentos socialmente aceitos e reproduzidos. (VYGOTSKY, 1998). As relações de gênero se expressam através da linguagem no universo educacional da mulher camponesa, guardando semelhanças dos problemas da educação feminina, em geral, e particularidades de sua condição: uma cultura patriarcal subalternizante e uma situação econômica precária. Neste sentido a maneira como a mulher se comporta na sociedade e desempenha seus papéis, nada tem de natural ou biológico, mas, são construções que se dão a partir das relações sociais. Assim, os papéis normativos, os comportamentos atribuídos a homens e mulheres e a relação entre os sexos não são discursos neutros, mas representações construídas repletas de significados e de relações de poder. (GONÇALVES, 2006).

Estas discussões teóricas, em torno das relações de gênero, decorrentes da construção social e histórica dos sexos, tiveram seu espaço no movimento feminista como uma nova forma de entender a relação de dominação a que as mulheres eram submetidas. Os estudos de Joan Wallace Scott, em fins da década de 1960, trouxeram estas preocupações que enfatizavam a importância da relação homem-mulher no espaço social. Desta forma, precisamos observar e desconstruir não as diferenças entre mulheres e homens, mas sim focalizar como os discursos, as práticas discursivas e as instituições que sustentam a primazia masculina transforma essas diferenças em desvantagens para as mulheres (Bem *apud* Moita Lopes, 1993). A isto se propõe a continuidade deste trabalho por meio da análise das histórias narradas pelas mulheres-professoras investigar a construção de suas identidades enquanto mulher, professora e camponesa.

### *Referências Bibliográficas*

AMORIM, Elisângela Santos de. **Trajetória Educacional de Mulheres em assentamentos de Reforma Agrária na região Tocantina-MA**. 2007. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Maranhão - UFMA. São Luís - MA.



CONGRESSO ESTADUAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO MARANHÃO: **Avançando na construção do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável**, 5., 2004, São Luís. **Anais...** São Luis: FETAEMA, 2004.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FARIA, Nalu. **Marcha Mundial de las mujeres: Um movimento irreversível**, . Disponível em: [http://www.mujiresenred.net/news/article.php3?id\\_article=666](http://www.mujiresenred.net/news/article.php3?id_article=666). Acesso em Dez de 2006.

FERREIRA, Mary. **As “Caetanas” vão a luta: a trajetória do Movimento Feminista no Maranhão face às políticas públicas**. 1999. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

\_\_\_\_\_. **As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão**. São Luis: EDUFMA; Grupo de Mulheres da Ilha, 2007.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MANZKE, José Fernando Manzke. **Propuesta Curricular para la Educación de Jóvenes y Adultos Campesinos em Asentamientos de la Reforma Agrária**. 2006. 169f. Tese.(Doutorado em Educação) - ICCP, Havana - Cuba, 2006.

MENDES, Rodrigues Araújo. **Trajetória da organização das mulheres trabalhadoras rurais na região Tocantina**. João Lisboa, 22 jun. 2007. Entrevista gravada.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. – (Coleção Letramento, Educação e Sociedade)

\_\_\_\_\_. **Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

NOBRE, Miriam da S. P.; FARIA, Nalu. O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero. In: COORDENADORIA ESPECIAL DA MULHER. **Gênero e educação: caderno para professores**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003. p.29-43.

REGO, José Chateó Brian. **A organização das mulheres trabalhadoras rurais no Maranhão**. São Luís, 24 abr., 2007. Entrevista gravada.

VYGOSTKY, Lev. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.